



## Prejuízos na Agricultura: Ministério avalia situação com agricultores e autarcas

O Ministério da Agricultura e Alimentação tem estado em permanente contacto com os serviços da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAP), acompanhando, com os agricultores e responsáveis autárquicos, o levantamento dos danos registados nos municípios afetados pelo temporal dos últimos dias em Fronteira, Sousel, Arronches, Monforte e Campo Maior.

“Nas últimas horas, falei com alguns agricultores afetados pelo mau tempo. Passada a tormenta, iremos, com toda a certeza, encontrar as soluções que permitam, aos agricultores, o rápido regresso às suas atividades, bem como a manutenção da viabilidade das suas explorações”, afirmou Maria do Céu Antunes, consciente dos enormes constrangimentos provocados pelos recentes fenómenos climatéricos extremos e dos prejuízos que decorrem do mau tempo dos últimos dias.

Os contactos, encetados pela Ministra da Agricultura e da Alimentação com a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, serviram para deixar uma palavra de conforto e disponibilizar todos os recursos da área governativa. Nesta altura, está já disponível, on-line, um formulário para levantamento e registo de prejuízos, que pode ser encontrado no site da Direção Regional do Alentejo. Os agricultores podem deslocar-se à DRAP, às Câmaras Municipais ou às Associações de Agricultores presentes na região, onde será disponibilizada ajuda para o preenchimento deste formulário, indispensável para o levantamento de danos e avaliação de aplicação de medidas de apoio, de acordo com a legislação nacional e regulamentos comunitários que regem a Política Agrícola Comum.

No âmbito das sucessivas crises, pandémica, climática, energética e inflacionária, decorrentes da guerra, o governo garantiu, ao setor, mais de 100M€ em apoios excecionais, alocando verbas comunitárias e nacionais. Exemplo disso é a disponibilização de uma verba de 34,6M€ para apoio aos consumos de gasóleo colorido e marcado (a liquidar até ao final do ano) e à manutenção do potencial produtivo nacional e segurança alimentar, mitigando os efeitos na cadeia produtiva e assegurando a viabilidade das explorações agrícolas.